

HABEAS CORPUS Nº 547.821 - SP (2019/0353038-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BEATRIZ RAMOS VICO - SP328847
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : K M DE J (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de K. M. de J. contra decisão proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferida no HC n.º 2260043-21.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi apreendido, em 13/11/2019, pela suposta prática de ato infracional equiparado ao delito de tráfico ilícito de entorpecentes, porque

"trazia consigo, com finalidade de comércio, e vendia, drogas sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, consistentes em 4,73g (quatro gramas e setenta e três decigramas) de cocaína, na forma de crack, embalados em 13 (treze) invólucros, 6,7g (seis gramas e sete decigramas) de cocaína, embalados em 09 (nove) invólucros, e 5,6g (cinco gramas e Seis decigramas) maconha, embalados em 05 (cinco) invólucros"(fl. 25).

Apresentada representação em desfavor do Menor pelo ato infracional mencionado, foi requerida sua internação provisória pelo Ministério Público, pleito deferido pelo Magistrado de origem (fls. 54-56).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo o Desembargador Relator indeferido o pleito liminar (fls. 80-81), decisão contra a qual ora se insurge.

No presente *writ*, o Impetrante sustenta, em síntese, a falta de fundamentação idônea da decisão do Juízo de primeiro grau, motivo pelo qual a revogação da internação provisória do Adolescente seria de rigor.

Ressalta que o Paciente não ostenta nenhuma outra passagem por ato

Superior Tribunal de Justiça

infracional, sendo primário, e, ainda que o ato infracional seja reprovável, é certo que não pressupõe quaisquer ato de ameaça ou violência à pessoa.

Sustenta que é caso de superação do enunciado n.º 691 da Súmula do STF e que *"é entendimento maciço deste colendo Superior Tribunal de Justiça, que jamais aceita a segregação de jovens em casos análogos e em crimes que não pressupõem qualquer tipo de violência, tendo esse entendimento sido consolidado na Súmula 492"* (fl. 7).

Afirma que, *"não sendo o caso de aplicação, ao final do processo socioeducativo, da medida de internação, por absoluta falta de previsão legal, é de rigor a manutenção do adolescente em liberdade, considerando que será aplicada, indubitavelmente, medida em meio aberto"* (fl. 12).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da medida de internação provisória.

É o relatório.

Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no Verbete Sumular n.º 691/STF, segundo o qual *"não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"*, aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJ 21/06/2010; HC 142.822/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 07/12/2009; e HC 134.390/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJ 31/08/2009.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de

liberdade possa ser cessado, tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso em apreço, **há ilegalidade patente** capaz de autorizar a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal e o deferimento da pretensão liminar, por estarem configurados a plausibilidade jurídica do pedido e o perigo da demora.

Na hipótese, o Juízo *a quo* decretou a internação provisória do Adolescente sob a seguinte motivação (fls. 55-56; sem grifos no original):

"2- Designo audiência UNA o dia 05 de DEZEMBRO p. futuro, às 15,00 horas, a apresentação e, às 15,15 horas, a instrução, debates e julgamento.

Citem-se e notifiquem-se, tendo em vista que nenhum responsável pelo adolescente se fez presente em Juízo, devendo eles apresentar cópia da certidão de nascimento ou da cédula de identidade do adolescente.

3- O ato infracional é grave e equiparado, por lei, a hediondo – trata-se, em tese, de tráfico de drogas, apto a demonstrar, prima facie, a periculosidade do agente e seu sério envolvimento com a delinquência.

O conjunto indiciário é seguro, por embasado nos depoimentos de testemunhas apontando o adolescente como autor desses fatos.

Ademais, não pode passar sem nota a boa variedade de substâncias psicoativas apreendidas em seu poder, como informam as peças advindas da fase policial.

Não bastasse, sua responsável não compareceu neste Juízo nem tampouco no Distrito Policial, quando lavrado o auto de apreensão em flagrante, ressalte-se, na data de ontem, de modo que desconhecida sua situação familiar, mormente no tocante à indispensável autoridade parental sobre suas ações, de modo que se deduz que o adolescente está à mercê da própria sorte, aparentemente sem nenhum freio inibitório.

Demais disso, como admitido pelo adolescente em sua oitiva informal (fls. 29), não estuda e usa droga (maconha).

Isso se constitui em preocupante e sério envolvimento no nefasto mundo do narcotráfico, permitindo a ilação de que o adolescente encontra-se em grave situação de vulnerabilidade, além de provável ausência de autoridade da família sobre suas ações.

Por fim, para que não se alegue alhures constrangimento ilegal, cabe citar a Súmula 492 do C. STJ, que assim dispõe:

Superior Tribunal de Justiça

O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente (grifamos).

Nessa esteira, a interpretação dessa r. Súmula, a contrario sensu, permite o entendimento de ser cabível a medida de internação por tráfico de drogas, máxime considerando a ressalva 'por si só', desde que a sentença não tenha por embasamento, exclusivamente, a gravidade e a hediondez de atos infracionais dessa natureza.

No caso, ainda inexistente a avaliação técnica multidisciplinar, a ser enviada, oportuno tempore, pela equipe técnica da Fundação CASA, o que possibilitará o exame das reais condições sociofamiliares, em especial sobre a autoridade da família, escolaridade, uso de drogas, com mensuração do grau de eventual dependência psicoativa, situação de vulnerabilidade, círculo de amizades, atividades laborais, et al do representado.

Assim, acolho a representação ministerial, considerando a gravidade dos fatos, os indícios de autoria, a aparente periculosidade do agente, a possível ausência da autoridade parental sobre suas ações e a verossímil falta de freios inibitórios, suficientes para demonstrar que em liberdade o citado adolescente representa perigo para a ordem pública, sua custódia provisória é de rigor, porquanto, em princípio, revela ser possuidor de personalidade deformada, seriamente inclinada para a delinquência juvenil.

Destarte, havendo indícios de autoria e materialidade, com fulcro no art. 108 e seu parágrafo, e art. 184, ambos do E.C.A., mantenho a internação provisória do sobredito adolescente, pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias)."

Como se vê, a decisão que impôs a medida de internação provisória ao Paciente carece de fundamentação concreta, notadamente se levado em conta que o ato infracional não foi cometido com grave violência ou ameaça à pessoa.

Sem embargo de que o ato em tese praticado pelo Adolescente seja análogo ao crime de tráfico de drogas, de caráter hediondo e revestido de alto grau de reprovabilidade social, este Superior Tribunal consolidou, no Verbete Sumular n.º 492, o entendimento de que "*o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente*". Diante dessa situação, o raciocínio que deu azo ao enunciado da referida súmula deve ser aplicado ao presente caso, pois **não foi apontado nenhum elemento concreto que justificasse a imposição da medida extrema em questão.**

Superior Tribunal de Justiça

O *decisum* do Juízo de primeiro grau, ao aplicar a internação provisória, apenas destacou, por meio de ilações genéricas, que acolhe a representação ministerial considerando *"a gravidade dos fatos, os indícios de autoria, a aparente periculosidade do agente, a possível ausência da autoridade parental sobre suas ações e a verossímil falta de freios inibitórios, suficientes para demonstrar que em liberdade o citado adolescente representa perigo para a ordem pública, sua custódia provisória é de rigor, porquanto, em princípio, revela ser possuidor de personalidade deformada, seriamente inclinada para a delinquência juvenil"*, sem nenhuma justificativa além da quantidade de droga apreendida, que, em princípio, não é substancial.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para, até o julgamento do presente *writ*, afastar a imposição da medida de internação provisória, sem prejuízo de implementação, fundamentada, de medida socioeducativa diversa.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia do inteiro teor da presente decisão.

Solicitem-se informações pormenorizadas à Corte de origem, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora